

O PAPEL DO ESTADO NAS TRANSFORMAÇÕES NAS NARRATIVAS DA NAÇÃO NO URUGUAI: AS AFRO- REPARAÇÕES

THE ROLE OF THE STATE IN THE TRANSFORMATIONS IN THE NATION'S NARRATIVES IN URUGUAY: THE AFRO- REPARATIONS

EL PAPEL DEL ESTADO EN LAS TRANSFORMACIONES EN LAS NARRATIVAS DE LA NACIÓN EN URUGUAY: LAS AFRO-REPARACIONES

Silvia Thais Corrêa Cezar Gonsalves Rosa¹
Waldemir Rosa²

Resumo: O presente artigo busca traçar uma interpretação das principais transformações ocorridas na narrativa sobre a Nação uruguaia a partir da implementação das políticas para os afro-uruguaios. Nesse sentido, aborda-se as temáticas relacionadas à identidade política, Estado, políticas públicas, ações afro-reparatórias e narrativas nacionais do Uruguai, que foram analisadas a partir de informações coletadas em materiais bibliográficos como artigos, livros e documentos sobre tais temas.

Palavras-Chaves: Uruguai. Afro-uruguaios. Narrativas. Políticas Afro-reparatórias.

Abstract: The present article draw an interpretation of the main transformations occurred in the narrative about the Uruguayan Nation from the implementation of policies for Afro-Uruguayans. In this sense, the topics related to political identity, State, public policies, afro-reparatory actions and national narratives of Uruguay, which were analyzed based on information collected in bibliographic materials such as articles, books and documents about these themes.

Keywords: Uruguay. Afro-Uruguayans. Narratives. Afro-reparatory policies.

Resumen: El presente artículo busca trazer una interpretación de las principales transformaciones ocurridas en la narrativa sobre la Nación uruguaya a partir de la implementación de las políticas para los afro-uruguayos. En este sentido, se abordan las temáticas relacionadas a la identidad política, Estado, políticas públicas, acciones afro-reparadoras y narrativas nacionales del Uruguay, que fueron analizadas a partir de informaciones recogidas en materiales bibliográficos como artículos, libros y documentos sobre estos temas.

Palabras-clave: Uruguay. Afro-uruguayos. Narrativas. Políticas Afro-reparadoras.

Envio: 25/02/2019

Revisão: 25/02/2019

Aceite: 27/05/2019

¹Graduanda em Antropologia - Diversidade Cultural Latino-Americana, UNILA. Bolsista IC – Fundação Araucária. e-mail: rosasilvia062@gmail.com.

²Doutor, UNILA. e-mail: waldemir.rosa@unila.edu.br.

Introdução

O trabalho desenvolveu-se como parte da segunda etapa do projeto “Diáspora africana na América do Sul: Estado, identidades políticas e as formações nacionais – um estudo comparativo entre Brasil, Uruguai e Colômbia”. Deste modo, o objetivo do Plano de Trabalho Discente, intitulado “O papel do Estado nas transformações nas narrativas da nação no Uruguai: as afro-reparações”, foi realizar um mapeamento das principais transformações ocorridas na narrativa da Nação uruguaia a partir da implementação de políticas afro-reparatórias.

No contexto latino-americano, compreende-se que o Estado tem um papel importante na construção e nas transformações nas narrativas da Nação. No caso do Uruguai, para a análise das narrativas povo-nação, devem ser consideradas a valorização da noção de branquitude no país e a aceitação tardia de elementos culturais afro como símbolos de identidade nacional. Observa-se que as populações afro-uruguaias, possuem um longo histórico de movimentações sociais e políticas na busca de seus direitos e igualdade, mas a incorporação de suas demandas nas políticas estatais do Uruguai aconteceu de maneira vagarosa (Andrews, 2010).

Entende-se aqui como políticas afro-reparatórias aquelas ações, no âmbito da esfera pública e/ou privada, com o intuito de corrigir distorções históricas decorrentes da operação de mecanismos discriminatórios orientados àqueles grupos e indivíduos que apresentam os traços da ascendência africana. As políticas afro-reparatórias podem ser divididas em três grandes grupos. O primeiro é o das políticas redistributivas, essas são aquelas que visam à redistribuição de bens e posições sociais com o intuito de promover uma mobilidade social vertical ascendente dos grupos discriminados. Encontram-se entre as políticas redistributivas aquelas de garantia de propriedades a terras ancestrais, as ações afirmativas no campo da educação superior, as indenizações financeiras, o perdão de dívidas, entre outras. O segundo grupo são as políticas valorativas ou afirmativas que tem como objetivo promover uma valorização da contribuição dos povos africanos como marco civilizatórios para a construção dos Estados nacionais latino-americanos. Aqui temos as ações no campo da educação multicultural e da interculturalidade, a afirmação positiva de etnicidades subalternizadas, enfrentamento ao racismo institucional, valorização de saberes tradicionais, entre outras. O terceiro grupo compreende as políticas punitivas que são todas as formas de criminalização do racismo, preconceito racial e da discriminação racial.

Metodologia

Para a análise do PTD acerca das transformações nas narrativas do Estado Nacional uruguaio e a constituição de políticas voltadas aos afro-uruguaios, estabeleceu-se como foco de análise o período dos últimos 17 anos, ou seja, a partir de 2000 até 2017. Assim, ao se implementar políticas específicas para a população afro-uruguaia qual o impacto na metáfora englobante do Uruguai como uma nação branca? Quais as declarações e ações políticas do governo uruguaio direcionadas especificamente para as populações afrodescendentes?

Nesse sentido, a natureza das fontes de pesquisa é diversa, que inclui documentos oficiais e legislação que trate o tema das políticas afro-reparatórias de forma direta ou indireta no Uruguai. Tivemos a intenção de captar o discurso sobre a raça e as políticas afro-reparatórias por meio de entrevistas com pesquisadoras e pesquisadores. No entanto, tais entrevistas não foram realizadas e adotou-se a utilização de materiais acadêmicos sobre a população afro-uruguaia. Buscou-se também análise de material áudio visual do Governo Uruguaio sobre as populações afro-uruguaias e a diversidade cultural/racial da população. Como abordagem metodológica indica-se a análise das narrativas do governo buscando mapear as estratégias multiculturais do Estado frente à diferença e a diversidade da sua população.

116

O recorte temporal justifica-se devido à forma como em 2000, devido a Reunião Regional das Américas, em preparação à III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada no ano seguinte, levou que inúmeros governos latino-americanos incorporassem de forma mais explícita a temática da afrodescendência na formulação das políticas estatais. Assim, o recorte temporal aborda tanto o período de preparação para a conferência e a mobilização até os eventuais desdobramentos das resoluções da III Conferência.

Fundamentação Teórica

Inicialmente, para compreender as transformações nas narrativas do Uruguai, o papel do Estado e os impactos das políticas afro-reparatórias na constituição das identidades políticas nacionais, é importante discorrer sobre a ideia de nação como narrativa e o seu papel na constituição das identidades sociais na modernidade.

Para Stuart Hall (2005), a nação moderna é resultado de um processo de homogeneização das diferenças regionais, étnicas e raciais sob uma ótica da universalização de um padrão identitário como representativo de uma coletividade nacional. Segundo ele, as culturas nacionais são compostas de símbolos e representações e configura-se como um discurso e um modo de construir sentido que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre a “nação”, produzem instâncias simbólicas com as quais podemos nos identificar e construir identidades, sejam elas confluentes ou não, como a narrativa hegemônica. Ou seja, a nação, na modernidade, é um poderoso elemento produtor de identidades.

Esta perspectiva busca compreender a nação como uma manifestação discursiva e remonta à necessidade de encará-la como uma narrativa que se orienta pelas noções de origem em comum, unidade e de uma tradição compartilhada por todos os seus integrantes. O discurso da cultura nacional, para ele, “constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. Tal discurso se equilibra entre a tentação por retornar as glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade” (idem. p. 56) por esse motivo a narrativa da nação apresenta-se como intemporal, constante e eterna esvaziando, assim a legitimidade de qualquer narrativa que busque questionar os benefícios da constituição da nação. A nação é um fenômeno social auto justificado e auto referenciado sendo a sua própria causa, forma, conteúdo e explicação da existência social.

Partha Chatterjee (2004), assim como Hall, contrapõe-se a conceituação de nação como comunidade imaginada afirmando que tal compreensão só tem validade teórica se a nação é pensada dentro de uma concepção de tempo homogêneo e vazio, onde nada lhe é apresentado como resistência. Nesse sentido, a resistência à narrativa nacional só pode ser entendida como um anacronismo histórico de elementos persistentes de uma realidade já superada pela constituição da nação. Para Chatterjee, esse é um tempo utópico, que distancia a nação dos seres humanos que existem em um tempo marcado pelas heterogeneidades. “O espaço real da vida moderna consiste na heterotopia [...]. O tempo aqui é heterogêneo, irregular e denso” (Chatterjee, op. cit. p. 72). Chatterjee como um importante teórico e político indiano, sendo um dalit, casta dos intocáveis na Índia tradicional e que se configura na atualidade como o grupo que apresenta os priores indicadores sociais e enfrentam fortes barreiras à mobilidade social,

articula a partir da sua análise sobre a modernidade e a formação da nação como narrativa uma poderosa crítica sobre a forma como os grupos humanos são subalternizados no processo de constituição das nações modernas.

Homi Bhabha (2007), outro expoente do pensamento crítico indiano, propõe a abordagem da nação enquanto uma narrativa, tentando compreender as suas duplicidades a partir do ponto de vista de suas margens. Para ele, a nacionalidade pode ser identificada como uma forma de viver a localidade da cultura e as estratégias complexas de identificação cultural e de interpelação discursiva são os objetos preferenciais de sua reflexão. A força narrativa e psicológica que a nacionalidade apresenta na produção cultural e na projeção política é o efeito da ambivalência da nação como estratégia narrativa. Segundo Bhabha, o espaço do “povo-nação” emerge dessa estratégia narrativa. A modernidade, as temporalidades ambivalentes do “espaço-nação” e a linguagem da cultura da nação equilibram-se nas fissuras do presente que se tornam figuras retóricas de um passado nacional. Assim o primeiro passo, segundo Bhabha, para pensar a nação é questionar a metáfora progressiva da coesão social e considerar a presença perturbadora de outras temporalidades que fraturam o presente do tempo nacional.

118

Deste modo, é fundamental ressaltar que historicamente o Uruguai se compreende como uma nação branca. Como aponta George Andrews (2010), o país sempre buscou enaltecer suas heranças europeias, mas também se define como culturalmente negro, incorporando características e práticas culturais de origem africanas como o candombe, enquanto elementos fundamentais da identidade Uruguaia. Assim, enquanto nação branca, mas negro culturalmente, buscou consolidar a ideia de que as desigualdades raciais, étnicas, econômicas e sociais entre grupos brancos e afros foram resolvidas de modo igualitário no país, impedindo que tais questões se tornassem expressivas no meio político e público, onde o Estado pode terceirizar e privatizar tais questões “na intimidade da nação”, como ornamento e exotismo culturais (López, 2009).

Apesar da importante participação social, cultural, econômica e política dos afro-uruguayos, fronteiras e espaços foram delimitados e destinados as tais populações, refletindo nos piores cargos profissionais, salários, educação e saúde as quais os mesmos tinham acesso. Assim como em vários países latino-americanos, impondo desafios à implementação de

políticas públicas com enfoque étnico-racial e buscando efetivar o discurso do Estado do branqueamento da população uruguaia (Andrews, op. cit.).

Em contrapartida, os afro-uruguaiois possuem um longo histórico de movimentações sociais e políticas próprias na luta pela garantia de direitos e igualdade, como a criação de várias associações culturais e partidos políticos (Andrews, op. cit.). Nesse sentido, López (2009) destaca a importância dos movimentos estudantis e de organizações afrodescendentes criadas entre 1930-1990 como o Partido Autóctono Negro - PAN (1936), Asociación Cultural y Social Uruguay Negro- ACSUN (1940), Mundo Afro (1989) e outros grupos associados, além do vínculo político com a Frente Amplio.

A ativa mobilização dos afro-uruguaiois levou o Estado a adotar ações e políticas específicas para os afrodescendentes. Em 1999, o Comité para La Eliminación de La Discriminación Racial (CERD) dispõe recomendações ao Estado uruguaio sobre a implementação das relações raciais na legislação, em programas e ações afirmativas e políticas, que contemplem a população afro. A partir daí, iniciativas foram organizadas no contexto da Reunião Regional das Américas, realizada em Santiago - Chile, em preparação a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban - África do Sul em 2001 (López, op. cit.).

119

Resultados

A partir dos objetivos do PTD, em relação ao mapeamento do discurso e iniciativas do governo uruguaio destinado as populações afro-uruguaias entre o período de 2000 a 2017, atingiram-se significativos resultados através da análise das pesquisas bibliográficas. Entretanto, também é importante ressaltar as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa, principalmente as metodológicas. Em relação ao período de análise estipulado, ressalta-se que 17 anos foi um período muito extenso, o que refletiu na dificuldade de localizar e mapear detalhadamente os discursos oficiais do Estado sobre as populações afrodescendentes.

Outra dificuldade foi relativa à realização das entrevistas com pesquisadores sobre a questão racial e política no Uruguai, obtendo-se pouco resultado ao tentar o contato com as organizações sociais e intelectuais para a coleta de informações. Assim, muitas das informações apresentadas neste resumo foram analisadas a partir de livros, artigos científicos e materiais

sobre o tema, disponibilizados online. A partir destes, pode-se destacar a importância do longo histórico de movimentações sociais e políticas dos afro-uruguaios na garantia pelos seus direitos e na luta contra a discriminação racial, o que contribuiu para dar visibilidade nacional e transnacional, ampliando o diálogo com o governo e permitindo que as demandas de tais grupos fossem acolhidas pelo Estado.

Observou-se que as principais reivindicações dos afro-uruguaios foram voltadas a promoção da igualdade racial, educação, saúde e mercado de trabalho. A partir de 2000, as iniciativas governamentais se mostraram mais significativas e ativas, especialmente após a realização da Conferência de Durban, em 2001. Outro ponto importante foi a posse da Frente Amplio no governo nacional, sendo que a partir de 2005, criou-se vários escritórios com a finalidade de formular e implementar políticas com perspectiva étnico-racial destinado à população afro-uruguaia.

Em relação à educação, destaca-se a criação do Plan Nacional de Educación en Derechos Humanos: República Oriental Del Uruguay da Secretaria Nacional de Educação Pública, do Ministério de Educação e Cultura, aprovado em 2016 como uma estratégia nacional e proposta de políticas públicas que reivindicam uma educação antirracista, que respeite e garanta os direitos humanos e educacionais a todos os grupos (Uruguai, 2017). No entanto, não foi possível mapear a forma como tais iniciativas impactaram na mudança de percepção da população uruguaia sobre a nação e nem afirmar que o Estado se constitui, no momento atual, como principal elemento de questionamento da autopercepção do Uruguai como uma nação branca. Assim, o PTD não consegue ser conclusivo no que tange a gestão do Estado na produção da nação, ou na sua transformação. Mas pode-se chegar a algumas conclusões referentes a tais processos indicados como tema de análise proposto.

Como salienta Mónica Olaza (2017) ocorre um processo de racialização da pobreza no Uruguai onde, tanto na capital quanto em escala nacional, as zonas mais densamente ocupadas pelos afro-uruguaios e os descendentes indígenas são as que apresentam menos índices de desenvolvimento econômico e humano. Outro aspecto importante indicado por ela é que, ao contrário do Brasil, Cuba e Haiti, o Uruguai recebeu um contingente pequeno de população afro, o que colocou tal população em uma condição de vulnerabilidade ao processo de “aculturação” resultando que elementos da cultura afro-uruguaia foram tomados como de alta

relevância para o patrimônio cultural nacional e de grande simbolismo para uma parte importante dos coletivos sociais, em relação com a música e a dança. Assim, o Uruguai é um país onde se vê a sua diversidade cultural, mas não se reflete sobre ela.

Assim, tem-se historicamente um país que reflexiona para si uma narrativa de multiculturalidade e de valorização da diferença, coadunando a isso a persistência de práticas discriminatórias que impactam na baixa mobilidade social de tal população. O fenótipo opera no momento de acessar o mercado de trabalho mais qualificado e de maior remuneração, assim com um elemento que influencia negativamente na ascensão educacional. Segundo Mónica, “[...] las referencias al colectivo afrodescendiente en los libros de lectura escolar lo vinculan con el servicio doméstico. Esto genera una educación en la reproducción de un orden dominante basado en la asignación de un espacio de subordinación para este colectivo” (Ozala, op.cit. p. 37). Ainda conforme ela, esta situação pode ser visualizada no fato de que, no final do século XX, aproximadamente 7% da população afro-uruguaia chegou a terminar a carreira universitária, o que dá em números absolutos pouco mais de 232 mil pessoas. Percebe-se também uma sub-representação dos afro-uruguaios nos espaços de decisão políticas.

121

A situação começa a se alterar a partir de 1989, com o ressurgimento do movimento afro-uruguaio e a criação da Organização Mundo Afro – OMA em Montevideo (Ferreira, 2003), que passa a promover diversas atividades e encontros de entidades negras, e deste modo pautar as demandas da população afro para o governo nacional. Ozala (op. cit.) indica que em 1992, depois de uma ação promovida pela OMA o jornal The New York Times Internacional publicou uma matéria de nome Uruguay is on Notice: Blacks ask Recognition (Uruguai em notícia: os negros pedem reconhecimento) que foi recebida com espanto pelos meios de comunicação local e que trataram como se o The New York Times estivesse falando de algo irreal. Nos anos seguintes, intensificaram-se as campanhas e atividades da OMA que paulatinamente foi inserindo a temática no diálogo com o governo da cidade de Montevideo e com o governo nacional, ao mesmo tempo em que outras organizações foram surgindo e ampliando os questionamentos sobre os temas do racismo e da discriminação contra os afro-uruguaios.

Mónica Ozala indica alguns marcos importantes como a inserção, em 2006, na Pesquisa Nacional de Domicílios de questões sobre as minorias raciais e étnicas. No mesmo ano, se constituiu no âmbito do Ministério da Educação e Cultura – MEC a Comisión Honoraria contra

el Racismo, la Xenofobia y toda otra forma de Discriminación e se aprovou a Lei federal nº 18.059, que declarou o 3 de dezembro como o Dia Nacional del Candombe, la Cultura Afrouruguaya y La Equidad Racial, celebrado no dia 3 de dezembro, a data é indicada como o último dia em que os tambores de candombe tocaram no cortiço Conventillo Mediomundo em Montevideo, que foi demolido e a população ali presente, foi despejada da região, considerando o contexto de ditadura militar que governou o país de 1973 até 1985.

Em 2011, o Censo Nacional Uruguaio incorpora a pergunta sobre a ascendência racial, o que possibilitou a produção de estimativas mais precisas do tamanho da população afro-uruguaia, seus principais indicadores sociais que passaram a fomentar a formulação de políticas públicas. A partir deste ano, torna-se comprovado, por meios estatísticos, que no Uruguai ocorre o fenômeno da racialização da pobreza e da exclusão social. Comparativamente, o Brasil começou a realizar tais estudos estatísticos nos anos 1970, mas só a partir de 2003, que tais informações vão passar a compor um elemento importante na formulação de políticas públicas.

Como indicado, a luta pelo reconhecimento foi fundamental no processo de conquista de direitos da população afro-uruguaia e pela formulação das primeiras políticas afro-reparatórias com caráter redistributivo. A construção, ou reconstrução, da identidade afro-uruguaia no período pós ditadura no Uruguai como uma identidade política, está na base deste processo de articulação da forma como as minorias nacionais são pensadas na vida político-administrativa do Estado. Assim, tem-se, a partir do apresentado, a noção de que no interior da narrativa nacional uruguaia os elementos afros indicam para a existência de um processo de dupla constituição social. Por um lado, as pessoas passam a orientar suas construções identitárias a partir dos processos de interação com o Estado. Por outro lado, o próprio Estado, a partir da redemocratização, mas em especial nos governos pós-neoliberais, tornam-se mais suscetíveis as reivindicações da população afro-uruguaia e, paulatinamente vai adequando algumas das suas dimensões administrativas.

Rita Segato, ao pensar a forma como a raça opera nos esquemas de produção e reprodução das iniquidades sociais em contexto da América Latina, argumenta que ela é, sobretudo, um signo que remonta a uma experiência histórica dos povos africanos e, como signo, permite um enquadramento dos indivíduos descendentes desses povos africanos

escravizados em um campo de expectativas e possibilidades. Pensando o caso do Brasil, Segato afirma que:

[numa] sociedade como a brasileira ser negro significa exhibir os traços que lembram e remetem à derrota histórica dos povos africanos perante os exércitos coloniais e sua posterior escravização. De modo que alguém pode ser negro e não fazer diretamente parte dessa história – isto é, não ser descendente de ancestrais apreendidos e escravizados –, mas o significante negro que exhibe será sumariamente lido no contexto dessa história. (Segato, 2005. p. 4).

A preocupação indicada por Segato aponta para um aspecto importante da relação que se estabelece com a “semântica racial”. Quando se fala da raça como um signo, a referência é feita à forma com que a raça, como um conceito operacional do cotidiano, gera condicionamento social a partir de seus signos manifestos como a cor da pele, tipo de cabelo, formato do nariz e lábios.

Malik (1996) indica que raça é muitas vezes utilizada como sinônimo de “cor”, o que informa que a raça está vinculada a uma habilidade que os seres humanos têm de diferenciar os diferentes grupos tendo por base critérios fenotípicos. Em outras palavras, quando se fala de raça, e na forma como esse conceito opera na mente das pessoas, estamos diante de uma objetividade concreta que são os sistemas hierárquicos que as sociedades constituem entre os grupos humanos tendo por base as diferenças fenotípicas e linguísticas existentes.

Tanto as indicações de Segato quanto de Malik indicam para a raça como uma constituição histórica calcadas em contextos espaciais específicos. A história nacional, como um construto narrativo da nação no singular, representa o esquema ideológico que conforma a raça e lhe confere especificidade. Por outro lado, ser negro como “identidade política” significa fazer parte do grupo que compartilha as consequências de ser passível dessa leitura, de ser suporte para essa atribuição, e sofrer o mesmo processo de “outrificação” no seio da nação.

Portanto, é possível falar *da dupla filiação ou da dupla lealdade das identidades no mundo de hoje para o mesmo povo. Uma delas originária da produção de diferença no encontro localizado cara a cara, ao longo de uma história situada. A outra, produzida a partir de um horizonte global num referenciamento político-midiático-administrativo e também acadêmico e disciplinar.* O horizonte global de modelos *ready-made* de identidade substitui

a produção cara a cara da diferença e passou a ocupar a posição de um terceiro que disponibiliza uma vitrine de identidades prontas para a identificação. Este é o mundo do multiculturalismo anódino e estagnado onde parece suficiente, aos efeitos da identificação, traçar uma equivalência entre o sujeito e um dos itens expostos na galeria global: o negro, o hispânico, o índio, a mulher, o gay, etc., num elenco de essencialismos caricatos. *Daí o efeito de enlatamento, a aparência estereotipada das identidades políticas, preparadas eficientemente para o reclamo de recursos e direitos num mundo formatado pela influência avassaladora da formação nacional de identidades do país imperial* (Segato 1998. p. 8).

Para ela, ao se pensar a construção das hegemonias e contra hegemonias nos países periféricos, é necessário enxergar processos idiossincráticos de geração de cadeias de equivalências e construção de universalidade. A luta política sempre passa pela construção de uma identidade social, ou seja, da construção de uma “posição de sujeito sobre-determinada” que se constitui no bojo de uma busca ativa de equivalência entre um conjunto de elementos e valores que expõem ou tornam exteriores aqueles outros aos que se opõem. O resultado é o fracionamento do espaço social e o engendramento de antagonismo entre essas partes. Nesta noção de cadeia de equivalência supõe-se que a gestação da identidade política que irão sobre determinar a posição do sujeito é constituída em uma articulação de baixo para cima, num pacto progressivo, originário dos investimentos dos sujeitos num processo ativo de identificação e generalizações identitárias.

124

Conclusões

Ao longo do artigo, abordou-se as relações entre o Estado e as populações afro-uruguayas, a implementação de políticas afro-reparatórias e as transformações nas narrativas nacionais. Observou-se que as populações afro-uruguayas se mobilizaram para fundar seus próprios movimentos sociais e políticos em busca de seus direitos e igualdade racial no país. Percebeu-se que aparentemente, o candombe se refere ao principal elemento de etnização e de africanização da experiência nacional uruguaia. Em relação ao papel do Estado, foi possível verificar que somente a partir de 2001, as demandas das populações afrodescendentes passaram a ser acolhidas e incorporadas de maneira significativa nas políticas públicas, indo de encontro à narrativa da nação uruguaia, onde tais questões ganharam visibilidade nacional e

transnacional neste período, considerando o contexto de governos pós-neoliberais instaurado no país.

Referências

ANDREWS, G. R. **Negros en la nación blanca**: historia de los afro-uruguayos, 1830-2010. Librería Linardi y Risso, Montevideo, 2010.

BHABHA, Homi. K. Disseminação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In _____. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2007.

CHATTERJEE, Partha. A Nação em Tempo Heterogêneo. in _____. **Colonialismo, Modernidade e Política**. Salvador. Ed UFBA. 2004.

FERREIRA, Luis. **El Movimiento Negro em Uruguay (1988-1998)**: una versión posible. Montevideo. Ediciones Etnicas- Mundo Afro, 2003. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100625071812/movneg.pdf>

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro. PP&A Editora. 2005.

LÓPEZ, L. C. “**Que América Latina se sincere**”: uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MALIK, Kenan. **The Meaning of Race**: race, history and cultural in western society. Nova York. New York University Press. 1996.

OLAZA, Mónica. **Afrodescendientes en Uruguay**: debates sobre políticas de acción afirmativas. Montevideo. Doble Clic Editoras. 2017.

SEGATO, Rita L. **Alteridades Históricas/Identities políticas**: una crítica a las certezas del pluralismo global. Brasília, Dep. de Antropologia UnB. (Série Antropologia n° 234). 1998.

SEGATO, Rita L. **Raça é Signo**. Brasília, Dep. de Antropologia UnB. (Série Antropologia n° 372). 2005.

URUGUAY. Ministério de Educação e Cultura. **Plan Nacional de Educación en Derechos Humanos**: República Oriental del Uruguay, 2017.